

Ações propostas na Etapa Centralizada do Fórum Social Temático da Reforma Política

São Paulo 3, 4 e 5 de julho de 2015

Prezada companheira e prezado companheiro,

É com alegria e satisfação que apresentamos neste documento as propostas levantadas na Plenária de Convergência do Fórum Social Temático da Reforma Política (FST), realizada no dia 5 de julho, a partir das discussões ocorridas nas oficinas temáticas da Etapa Centralizada do Fórum (realizadas no dia 4 de julho) e nas atividades autogestionadas da Etapa Descentralizada (realizadas de 27 de junho a 2 de julho).

Estas propostas não são necessariamente propostas de consenso entre todos os participantes do FST, mas são ideias, propostas e reflexões que surgiram no Fórum, e baseado em sua pluralidade, todas elas estão aqui relacionadas.

O Fórum Social Temático da Reforma Política, enquanto encontro, sugere que algumas das propostas listadas a seguir, ao se mostrarem consensuais entre seus(as) participantes, possam constituir um **Eixo Comum de Trabalho** entre os movimentos, organizações e pessoas que integram este processo. E, assim, o Fórum poderá se desdobrar em ações concretas que englobem os diferentes eixos e dimensões da Reforma Política e avancem na luta pela democratização do poder!

Segue abaixo a listagem de todas as propostas apresentadas na Plenária de Convergência do Fórum.

É importante destacar que o **Eixo Comum de Trabalho** será construído coletivamente nas reuniões sempre abertas e amplamente divulgadas. O Grupo Facilitador, então, facilitará a articulação entre os movimentos e organizações, as propostas de ações levantadas no Fórum e outros grupos que possam e queiram somar na jornada pela democratização do poder! Essa articulação se dará em torno das propostas tiradas no FST, que, além de consensuais, podem compor um plano estratégico de curto, médio e longo prazo, da luta por uma Reforma Política democrática e popular.

Boa leitura.

Seguimos na luta pela Democratização do Poder!

Atenciosamente,

Grupo Facilitador

Fórum Social Temático da Reforma Política

Oficina 1 – Democratização do Poder Judiciário

Facilitadores: *Juizes pela Democracia, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), Artigo 19, Conectas Direitos Humanos, Instituto de Defesa do Direito de Defesa e Terra de Direitos.*

- Eleger diretamente para presidência de órgãos da justiça como mecanismo de dissolução de hierarquias dentre seus membros, inclusive com a participação da sociedade: apresentação pública das candidaturas, com apresentação de seus currículos, debates públicos e etc.;
- Criar quotas raciais, incluindo indígenas, sem nota mínima de corte, objetivando a obtenção de diversidade no judiciário;
- Rever a Lei Orgânica da Magistratura Nacional - LOMAN, no sentido da democratização, reforço da independência e transparência, e rejeição das propostas corporativas e de verticalização do novo projeto da LOMAN;
- Criar Ouvidoria Externa para os órgãos do judiciário, dotada de independência, processo democrático de escolha, estrutura que garanta autonomia e orçamento próprio sem qualquer interferência do Poder Judiciário;
- Realizar Conferências públicas objetivando estabelecer a definição das diretrizes do Poder Judiciário;
- Mudar o paradigma de controle do Conselho Nacional de Justiça, para além das preocupações exclusivas com o eficientismo, em favor da democratização interna e da transparência;
- Estabelecer mandatos temporários para Ministros do Judiciário;
- Controlar a nomeação de ministros (participação social na escolha, com a apresentação pública das candidaturas, exposição pública de seus currículos e debates públicos com participação da sociedade civil);
- Definir critérios de representatividade de gênero e raça na escolha dos representantes dos Tribunais Superiores;
- Retirar da competência dos tribunais a elaboração do próprio Regimento Interno;
- Limitar o poder normativo dos Tribunais Superiores;
- Ampliar o Controle Social dos Tribunais Superiores, garantindo a independência, tal como intervenção no poder de pautar processos ou mecanismos para impedir o pedido de vista por prazo indefinido;
- Rever a pedagogia que privilegia o formalismo e o positivismo na formação dos profissionais do judiciário, com destaque ao ensino dos Direitos Humanos e às análises político-sociais, em detrimento do ensino exclusivamente técnico;
- Criar um Fórum Específico para debate do Sistema de Justiça, com participação dos movimentos sociais.

Oficina 2 – Sistema político e democratização do poder

Facilitadores: *Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político e Movimento dos Mandatos Coletivos.*

- Desenvolver campanhas para que o que for votado no tocante à Democracia Direta no Congresso Nacional seja referendado pela população;

- Mapear e pressionar os parlamentares para “desengavetar” no Congresso Nacional, e em outras casas legislativas, os projetos de lei (ou derivados) que dizem respeito à Democracia Direta e outros mecanismos de democratização do Estado (em especial as proposições do professor e jurista Fábio Konder Comparato);
- Desenvolver mecanismos para que, se mantido o financiamento empresarial, a sociedade possa monitorar em tempo real as doações feitas a partidos e candidatos. Caso seja alterado para financiamento público, lutar para que haja transparência também no uso destes recursos;
- Organizar dias nacionais de coleta de assinatura (um sábado por mês) compondo os vários movimentos que tem PLIPs (Projetos de Lei de Iniciativa Popular) como estratégia de trabalho. Esses dias poderiam ser articulados entre os movimentos em todo o país com “banquinhas” a serem montadas conjuntamente no espaço público (praças) e possibilitando a coleta de assinatura e o debate com o público. Seriam dias em que “o povo faz a lei”. Todos os PLIP (nos diferentes temas) seriam debatidos juntos. Uma coleta conjunta de assinatura com todos os PLIP em curso. Além da coleta de assinaturas poderiam ser também convidadas pessoas (lideranças de movimentos sociais, militantes, intelectuais, personalidades e etc.) para vir falar e debater os temas que envolvem a Reforma Política;
- Atuar junto aos Conselhos de políticas públicas municipais, estaduais e federais, para ampliar o debate sobre a necessidade de uma Reforma Política democrática e popular;
- Fortalecer espaços de discussão política sobre a democratização do Estado. Propor formas de interação com os imigrantes, que hoje não têm direito a voto e serem eleitos. Há o exemplo do Conselho da Cidade de São Paulo onde estão representados;
- Discutir Candidaturas avulsas: suas implicações e possibilidades.
- Criar mecanismo para revogação dos mandatos de todos os poderes e entes ("recall");
- Discutir o fim do Senado e o aumento do número de deputados;
- Discutir a unificação das eleições, como por exemplo, de 5 em 5 anos para todos os cargos, num mesmo ano;
- Atuar pelo fim da permissão de concessões de mídia para políticos, parentes e subterfúgios (laranjas);
- Fortalecer a produção de informação regionalizada nos meios de comunicação;
- Distribuir recursos do Estado de forma mais horizontal;
- Apoiar a mídia alternativa;
- Apoiar o Projeto de Lei de Iniciativa Popular de Democratização da Mídia;
- Implementar mecanismos de democracia participativa, por exemplo, ampliando o número de oitivas;
- Criar ouvidorias com participação popular nos órgãos de executivo, legislativo e judiciário;
- Criar ações afirmativas para composição do Judiciário. Revisão da formação de juízes e do judiciário fortalecendo os Direitos Humanos;
- Implementar mecanismos de transparência no uso do orçamento dos poderes Judiciários;
- Combater sistema de emendas parlamentares e ampliar o controle social sobre estes recursos;
- Integrar a Reforma Tributária com a Reforma Política;
- Fortalecer mecanismos de formação para a cidadania;
- Levar o debate sobre a Reforma Política também para o poder executivo;
- Mudar o Regimento da Câmara Federal de modo a democratizar os mecanismos de escolha do Presidente da casa;

- Combater as propostas que busquem utilizar plebiscitos e referendos para os temas que digam respeito aos Direitos Humanos e aos direitos fundamentais conquistados;
- Implementar os Mandatos Coletivos;
- Fortalecer a Campanha da Reforma Política no tema do financiamento público de campanhas eleitorais;
- Reduzir as frentes de atuação conjunta e fazer ações fortes nos próximos meses e anos devido ao contexto de perda de espaço e retrocessos em curso. (focar nos eixos de financiamento de campanha; campanha sobre referendos e plebiscitos; educação popular; reforma tributária);
- Construir ações conjuntas da Reforma Política com os movimentos de saúde, educação, articulando o tema com estas pautas mais mobilizadoras;
- Fortalecer a questão do combate da desigualdade social como principal caminho para a Reforma Política;
- Construir uma Frente Nacional em Defesa da Reforma Política, que englobe todos os movimentos que atuam no tema;
- Fazer com que o site do FST seja um polo aglutinador de referência com debates, ideias, propostas de ação e outros sobre o tema Reforma Política.

Oficina 3 - Constituinte Exclusiva; Transparência, Controle Social e Democratização do Estado; Democracia Direta e Participativa

Facilitadores: Campanha pela Constituinte, Rede Pela Transparência e Participação Social (RETPS), Instituto Baresi e Escola de Governo.

- Fortalecer e apoiar a divulgação do Curso Estadual sobre a Constituinte (20 a 23 de agosto) promovido pela Campanha do Plebiscito pela Constituinte;
- Participar do Encontro Nacional da Campanha da Constituinte pela Reforma Política (1ª. Semana de setembro em Belo Horizonte);
- Pressionar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para exigir que as informações sobre o financiamento das campanhas eleitorais (doações e gastos) sejam disponibilizadas ao eleitor em tempo real, utilizando ou não a Lei de Acesso a Informação, e fazer o monitoramento, para que o cidadão e a cidadãs tenham as informações na hora de decidir o voto;
- Exigir informações precisas sobre o Fundo Partidário utilizando a LAI¹ e fazer o controle social;
- Exigir que as contas eleitorais (de campanhas e partidos) sejam julgadas dentro dos prazos legais, de modo que se evite o arquivamento sem o devido julgamento e aplicações de eventuais sanções;
- Incidir de forma objetiva no Judiciário, para que faça cumprir a Constituição e os regramentos legais;
- Lutar pela convocação, por iniciativa popular, de plebiscitos e referendos, sem necessidade de autorização do Legislativo ou do Executivo;

¹ LAI – Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011 vale para os Três Poderes

- Ampliar o atual escopo constitucional da iniciativa popular, para permitir a proposição de Emendas Constitucionais;
- Levar o debate (informação) sobre a Reforma Política e experiências e iniciativas da sociedade civil aos conselhos e rádios comunitárias;
- Atuar junto ao Legislativo pressionando-o para construir apoio parlamentar para suas propostas;
- Propor Emenda Constitucional que preveja referendo revogatório de mandato para o Legislativo e para o Executivo (recall), por meio de iniciativa popular;
- Inserir na Constituição um mecanismo de Revisão Constitucional, por meio de processo eleitoral exclusivo para a Assembleia Nacional Revisora, com eleição de 350 representantes;
- Após a aprovação da reforma pela Assembleia Nacional Revisora, o texto deverá ser submetido a um referendo popular²;
- Realizar uma campanha contra o sistema financeiro e seu modo de atuação nos âmbitos nacional e internacional;
- Estabelecer limite ao poder de representação do Legislativo, definindo questões que só poderiam ser decididas mediante convocação de plebiscito;
- Sistematizar um banco de dados sobre a população, para entender suas pautas e demandas;
- Levar para as universidades particulares o debate sobre a Reforma Política, visando ocupar esses espaços;
- Ampliar a experiência das Câmaras Mirins e outras experiências de educação cidadã;
- Determinar que os canais de TV (de concessão pública) realizem programas de discussão da reforma política e de plebiscitos, com pluralidade de opiniões;
- Construir e promover uma atividade autogestionada conjunta, sobre Reforma Política e democracia participativa e representativa, no Fórum Social de Porto Alegre (Jan/2016) (envolvendo a Coalizão da Reforma Política Democrática, Campanha do Plebiscito pela Constituinte, Plataforma dos Movimentos Sociais pela reforma do sistema político);
- Estabelecer, nos poderes legislativos, cotas por gênero, raça, populações tradicionais (indígena, quilombolas, ribeirinhos, ciganos, etc.), pessoas com deficiência e doenças raras e juventude;
- Que todos os partidos, em especial os progressistas, realizem discussões e construção de debate sobre a população com deficiência e doenças raras, além de promoverem minicursos para parlamentares sobre a versão da ONU (pessoas com deficiência³);
- Apoiar para que seja votada a PEC 054/99⁴ (que dispõe que o pessoal em exercício, que não tenha sido admitido por concurso público, estável ou não, passe a integrar quadro temporário em extinção, à medida que vagarem os cargos ou empregos respectivos);
- Levar o debate da reforma política para o âmbito das conferências de políticas públicas (ver calendário do segundo semestre);
- Realizar constituintes populares em todo o Brasil (pensar metodologia);
- Reforçar a campanha dos Mandatos Coletivos e Comunitários. Ou seja, cada mandato deve ter a participação da comunidade e de um coletivo;

² Submeter o Texto aprovado pela Assembleia Nacional Revisora a Referendo Popular.

³ Realizar discussões e debates em todos os partidos, em especial os progressistas, sobre a população com deficiência e doenças raras, assim como promover minicursos para parlamentares sobre a versão da ONU (pessoas com deficiência);

⁴ PEC 54/1999, do Sr. Celso Giglio - que "acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias". (Apensados: PEC 59/1999 e PEC 422/2014) Explicação: Dispõe que o pessoal em exercício que não tenha sido admitido por concurso público, estável ou não, passe a integrar quadro temporário em extinção, à medida que vagarem os cargos ou empregos respectivos.

- Reforçar campanhas e mobilizações para que as pessoas e movimentos da cidade de São Paulo atuem pressionando os poderes municipais para alterações e democratização da Lei Orgânica do Município;
- Fortalecer os Conselhos Participativos na cidade de São Paulo, e criá-los em outros municípios;
- Trabalhar para tornar efetivos os processos de participação direta, por exemplo, regulamentando os mecanismos de Democracia Direta (Plebiscito, Referendo e Lei de Iniciativa Popular) em cada município no Brasil;
- Acompanhar e dar publicidade à tramitação do Projeto de Lei 8.048/2014, que coloca no processo legislativo o Decreto Presidencial 8.243/2014, que criava o Sistema e a Política Nacional de Participação Social;
- Constituir um “Conselho de Mobilização” e “Comitês locais” da Reforma Política. O primeiro teria reuniões abertas e sem uma coordenação central. Esse grupo pensaria as estratégias de ir às cidades e à periferia fazer debates públicos e abertos sobre a Reforma Política. O segundo seria proposto em todos os municípios e os Comitês se integrariam à atuação da Coalizão Nacional pela Reforma Política, do Movimento pelo Plebiscito da Constituinte Exclusiva e da Frente Parlamentar pela Reforma Política da Câmara Federal, possibilitando a estes debaterem e apresentarem Emendas Populares ao processo da Reforma Política.

Oficina 4 - Democratização dos Meios De Comunicação

Facilitadores: *INTERVOZES, Observatório da Mulher e Organização Cultural de Defesa da Cidadania (OCDC).*

- Lutar pela democratização dos meios de comunicação para contemplar a diversidade da população e a pluralidade dos pontos de vista (com atenção a gênero, raça, etnia, orientação sexual, juventude, idosos, pessoas com deficiência e pessoas com doenças raras);
- Com a regulação atual dos meios de comunicação podemos:
 - Pleitear Políticas de estímulo, financiamento e fortalecimento da mídia alternativa e comunitária, e atenção à população indígena/comunidades tradicionais;
 - Exigir o fim da criminalização das rádios comunitárias;
 - Combater as concessões de rádio e TV a políticos;
 - Combater o arrendamento de programação das emissoras de rádio e TV;
 - Combater a violação de direitos humanos nos meios de comunicação;
 - Fortalecer a comunicação pública;
 - Regular a publicidade com base na Constituição a questão da publicidade de medicamentos, por exemplo;
 - Garantir o contraditório nas concessões públicas de rádio e TV;
- Apoiar o novo marco regulatório da mídia, partindo das garantias que estão no capítulo de comunicação Social da Constituição Federal, tendo em vista iniciativas já existentes no Congresso (como, por ex, PL 7378/2014) e o Projeto de Lei de Iniciativa Popular - Lei da Mídia Democrática (ver em www.paraexpressaraliberdade.org.br);
- Dividir o espectro eletromagnético 3, reservando espaço igual para comunicação pública/comunitária, privada e estatal - para efetivar princípio da complementaridade;
- Regulamentar o direito de resposta, também na perspectiva coletiva e difusa;

- Ensinar leitura crítica da mídia nas escolas desde o ensino básico (curso sob demanda de Educomunicação);
- Trazer a juventude para o debate sobre a democratização da mídia;
- Democratizar também em âmbito internacional: iniciativas de troca de informações e experiências fora dos grandes meios de comunicação e grandes agências internacionais;
- Exigir transparência do poder público e utilização/apropriação dos instrumentos para acesso à informação (LAI), com dados claros e precisos;
- Pedir transparência dos contratos da FIFA como "sociedade civil brasileira", destinando à educação os recursos que tenham sido desviados;
- Sobre a Internet:
 - Universalizar o acesso à banda larga, com acesso à toda a Internet e não somente a reduzida parte dela (crítica, por exemplo, ao projeto Internet.org encabeçado pelo Facebook).

Oficina 5 - Combate à corrupção; Sistema eleitoral e financiamento empresarial de campanhas

Facilitadores: *Coalizão da Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, Observatório da Mulher e Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.*

- Exigir das instituições públicas a transparência ativa, isto é, que os dados sejam de antemão colocados à disposição dos interessados;
- Exigir auditoria do processo eleitoral;
- Pressionar o fim do financiamento por empresas das campanhas eleitorais, dos partidos e dos políticos;
- Exigir prestação de contas dos partidos políticos;
- Exigir prestação de contas dos mandatos políticos;
- Exigir das instituições públicas a determinação de Ficha Limpa para os ocupantes de cargos comissionados;
- Denunciar Gilmar Mendes e Ricardo Lewandosky por não julgarem no Supremo Tribunal Federal (STF) da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) sobre financiamento por pessoa jurídica. Existe legislação que permite o impeachment dos ministros do STF;
- Para as eleições municipais de 2016 exigir de candidatos(as) e partidos que as informações sobre o financiamento da campanha sejam disponibilizadas em tempo real na rede digital;
- Debater a questão das pesquisas eleitorais e sua interface com os resultados das eleições;
- Fortalecer a campanha pela limitação de mandatos tanto do Executivo como do Legislativo;
- Organizar Fórum para discutir as limitações da Lei nº 8666/ 93, Lei das Licitações (que regulamenta o artigo 37 da CF/88) e as implicações com a corrupção de entes públicos;
- Organizar Fórum para discutir as limitações da Lei Complementar nº 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e as implicações com a corrupção de entes públicos;
- Organizar Fórum para debater a Lei nº 12.846, Lei Anticorrupção, e os desafios para o combate à corrupção;
- Realizar trabalho de conscientização sobre o que seja corrupção, propondo o tema: “Não podemos ser cúmplices da corrupção”. Para isso criar sistemas de solidariedade e reflexão. Criar outra lógica em relação à corrupção.

- Pressionar pela democratização da mídia;
- Discutir e atuar em relação à questão do auxílio moradia para os promotores;
- Centrar e ampliar as forças no combate à aprovação do financiamento empresarial de campanhas: pressionar os deputados que alteraram os votos do primeiro para o segundo turno na votação sobre a constitucionalização do financiamento empresarial de campanha, e também os senadores;
- Concentrar forças no projeto Eleições Limpas, continuar a coleta de assinatura e fazer formação de base;
- Concentrar forças na campanha do Plebiscito por uma Constituinte Exclusiva;
- Reforçar campanhas contra a corrupção, investindo na consciência das pessoas para que não sejam cúmplices por omissão ou por ações no processo de corrupção.

Oficina 6 – (Sub)representação e igualdade na política

Facilitadores: *Observatório da Mulher, ONG Essas Mulheres, OAB Mulher, Articulação de Mulheres do Brasil (AMB) e Instituto Baresi.*

- Ampliar a luta pelo financiamento eleitoral 100% público;
- Garantir a paridade de Gênero, pessoas com deficiência, pessoas com doenças raras, população negra, pessoas idosas, juventude não só nas candidaturas (cota de 30% para as mulheres), mas também no(as) parlamentares eleitos(as);
- Fortalecer a luta para que o sistema e o poder político respeitem e exerçam a defesa dos direitos humanos;
- Incentivar a unificação dos movimentos sociais em pautas específicas de lutas no sentido da transformação da sociedade brasileira;
- Lutar pela real representação política das minorias no parlamento e que os parlamentares respondam à população e aos mecanismos de Democracia Direta (Projetos de Lei de Iniciativa Popular, Plebiscito e Referendo);
- Construir ação conjunta no FSM Porto Alegre (Jan/2015) sobre a questão do idoso.

Oficina 7 - Desmilitarização da política e descriminalização dos movimentos sociais

Facilitadores: *Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, RUA - Juventude Anticapitalista, Grupo Tortura Nunca Mais e Centro Santo Dias de Direitos Humanos.*

- Fortalecer a luta pela valorização dos instrumentos de participação popular (Plebiscito, Referendo, Projeto de Lei de Iniciativa Popular);
- Mobilizar a população e a “classe política” para se priorizar os recursos públicos para educação;
- Lutar contra a militarização da política e criar políticas sociais desmilitarizadas;
- Lutar pelo equilíbrio de gênero no espaço público;
- Criar organismos externos, eleitos pelo voto popular, que defendam os direitos civis;
- Fortalecer a luta pela desmilitarização da polícia;

- Ampliar a discussão sobre o fim da política da guerra as drogas: descriminalização das drogas e anistia às pessoas presas por tráfico;
 - Ampliar a luta e o debate sobre o fim do encarceramento em massa;
 - Discutir o fim do encarceramento de crianças e adolescentes;
 - Desativar todas as instituições de internação de crianças e adolescentes;
 - Lutar pelo fim do Genocídio da Juventude Preta, Pobre e Periférica;
 - Criar e estruturar organismos externos de proteção ao manifestante e ao “denunciante”.
-